

• Política

Pioneirismo e tec

CONSTITUINTE

A agilidade do "lobby" dos empresários na Constituinte

por Francisca Stella Fogá
de Brasília

Assim que o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, concluiu o anteprojeto de Constituição, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) rapidamente preparou um conjunto de emendas de mérito e de adequação do texto e o distribuiu a praticamente todos os 559 deputados e senadores.

Em essência, segundo o advogado Ruy Altenfelder Silva, diretor jurídico da FIESP que coordena o acompanhamento da Constituinte pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), as emendas são muito semelhantes ao documento básico da CNI, já entregue ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, pelo senador Albano Franco, presidente da entidade.

A empresa privada é tratada como a figura central da economia; qualquer excesso de regulação do mercado é rejeitado; é reduzido ao máximo o papel do Estado como agente produtivo, somente autorizado a participar das atividades em que a iniciativa privada não esteja apta a participar. O conjunto de emendas, segundo Altenfelder, não

trata da questão do monopólio estatal do petróleo. "Esta é uma conquista da sociedade brasileira que não deve sofrer retrocessos", pondera.

Na área trabalhista, a FIESP propõe que a Constituinte deve adotar o princípio de que as conquistas sociais devem ser decorrentes do cenário econômico. "A futura Constituição não pode ser um repositório de boas intenções", afirma Altenfelder. De nada adianta, em sua opinião, instituir a estabilidade como regra se não é exequível. "Não é possível dissociar a ordem social da ordem econômica, sob pena de termos uma Constituição vesga, figura muito adequadamente usada pelo senador Fernando Henrique Cardoso."

Desde o início da Constituinte, o vice-presidente da FIESP, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, que coordena a comissão de acompanhamento da Constituinte da entidade, já conversou com deputados e senadores de todos os partidos sobre as teses que defende, entre eles Bernardo Cabral, Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Gastoni Righi (PTB-SP), Jarbas Passarinho (PDS-PA), José Egreja (PTB-SP), Brandão Monteiro (PDT-RJ), Ar-



Ruy Altenfelder Silva

naldo Prieto (PFL-RS), Guilherme Afif Domingos (PL-SP), Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara, e Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). A estratégia é conseguir o maior número possível de aliados, se não ao conjunto completo de emendas, pelo menos a parte do conjunto.

A FIESP patrocina apenas uma emenda popular: a que propõe a manutenção do Sesi, Senai, Sesc e Senac, as quatro entidades dedicadas à assistência social e à formação profissional geridas pela indústria e pelo comércio. O anteprojeto de Constituição indiretamente atinge as quatro instituições, ao prever a criação de um fundo nacional de seguridade social.

De acordo com o parágrafo único do artigo 337 do projeto, as contribuições sociais instituídas pela União serão destinadas "exclusiva e obrigatoriamente" ao fundo.

Um dos principais argumentos de que se valem as indústrias para defender a manutenção do Sesi e do Senai e a posição dos próprios trabalhadores, que reconhecem os benefícios sociais das atividades das duas instituições. O próprio deputado Luís Ignácio Lula da Silva, pondera Moreira Ferreira, um dos principais líderes dos trabalhadores, formou-se profissionalmente no Senai.

Lula, de fato, não deseja acabar com o Sesi e com o Senai. Mas defende profundas mudanças na gestão das instituições. Juntos, Sesi, Senai, Sesc e Senac arrecadam por ano CZ\$ 20 bilhões, muito mais que a arrecadação total de muitos estados brasileiros, pondera. Do total dos recursos, a CNI fica com uma parte e as federações da indústria e do comércio ficam com outro tanto. O PT, segundo Lula, defende a destinação integral dos recursos aos trabalhadores e não considera justo que os recursos sejam geridos exclusivamente pelos empresários e pelo governo. Os trabalhadores precisam participar da gestão, sustenta.

A força do PMDB, segundo Arinos

por Andrew Greenlees
de Brasília

O presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), acha que já identificou o grande beneficiado pela formação de blocos parlamentares na Assembleia Nacional Constituinte: o PMDB. "Ficam atenuadas as dificuldades internas do partido", comenta o senador, para quem "tentar fazer o PMDB funcionar como um grupo homogêneo será um fracasso".

Assim, na opinião de Arinos, os blocos parlamentares que vêm analisando os temas polêmicos da nova Constituição ajudam a diminuir as tensões internas do maior partido no Congresso, já que as diferentes alas podem atuar independentes.

Mas, ao falar sobre a Constituinte, o senador diz estar decepcionado e considera que a população sente o mesmo. "Até agora, não houve um trabalho de preparação de um texto constitucional, mas um estuário do estado de espírito nacio-

nal", comenta Afonso Arinos, referindo-se à forte vinculação entre os debates constitucionais e os temas de conjuntura, como a crise econômica ou o mandato do presidente José Sarney.

O senador acredita, por outro lado, que a situação poderá mudar a partir desta semana, quando começam as sessões extraordinárias para discussões de assuntos preestabelecidos.

Obedecendo à proporcionalidade das bancadas, o PMDB terá direito a três oradores por sessão, o

PFL, a dois e os demais dez partidos, a um cada. O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, já comunicou aos membros da bancada que haverá prazo até as 20 horas desta segunda-feira para que deputados e senadores se inscrevam para discursar sobre os assuntos considerados polêmicos. Na terça-feira, Covas fará o sorteio para preencher duas vagas e indicará o terceiro orador de cada sessão.

Nova reunião para tentar minimizar o grau de polêmica no interior da Constituinte foi realizada na última quinta-feira à noite, com a participação do presidente, deputado Ulysses Guimarães, do senador Afonso Arinos, do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), dos líderes do PMDB, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e Luiz Henrique, do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, do relator adjunto, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) e do assessor de Ulysses, jurista Miguel Reale Júnior.

Cabral informou ter levado ao encontro um texto que retira cerca de cem artigos do atual anteprojeto, remetendo-os à posterior legislação ordinária. Segundo o senador Mário Covas, Cabral evitou avançar em alguns temas para permitir que os diversos grupos que vêm estudando sugestões possam apresentá-las, como forma de encontrar o consenso. Novas reuniões do chamado "Grupo do Consenso", formado por membros de diversos partidos, estão programadas para os dias 5 e 11.